

Instituto CCR

**Demonstrações financeiras
referentes ao exercício findo
em 31 de dezembro de 2018**

Conteúdo

Relatório da Administração	3
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	5
Balço patrimonial	8
Demonstração do resultado do exercício	9
Demonstrações do resultado abrangente	10
Demonstração das mutações do patrimônio líquido	11
Demonstração dos fluxos de caixa - Método indireto	12
Notas explicativas às demonstrações financeiras	13

Relatório da Administração

1. Sobre a Companhia

1.1. Aos associados

Submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Financeiras acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes sobre este documento, elaboradas de acordo com as práticas adotadas no Brasil e expressando os resultados alcançados no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018.

1.2. Apresentação

O Instituto CCR foi criado em 2014, com o objetivo de qualificar e estruturar a gestão dos projetos apoiados pelo Grupo CCR. Nosso objetivo é ampliar a transparência no uso dos recursos aplicados em projetos diretos e incentivados, com o desafio de fomentar e democratizar o acesso à cultura. Buscamos sempre gerar transformações nas comunidades onde estamos presentes, desenvolvendo, apoiando e fortalecendo organizações e projetos sociais, culturais, ambientais e esportivos.

Comemoramos o alcance de muitas conquistas em 2018. Pela primeira vez o Instituto CCR atuou junto às unidades internacionais de negócio da companhia. Tivemos também a conclusão do 3º Edital do Instituto CCR de Projetos Culturais e o lançamento do 4º Edital, onde a novidade foi que a partir dessas edições os proponentes situados nas capitais também puderam inscrever seus projetos, desde que a execução desses ocorram nos municípios limítrofes as unidades administradas pelas empresas do grupo, o que desencadeou um sucesso de inscrições. As três primeiras edições totalizaram 7 milhões de reais em investimento sociocultural nas áreas de atuação do Grupo CCR.

O programa Caminhos para a Cidadania, que tem o objetivo de disseminar conceitos que proporcionem uma convivência segura no trânsito e bons comportamentos de cidadania para alunos de 4º e 5º anos das redes públicas de ensino, que é desenvolvido, gerido e subsidiado pelas empresas do Grupo CCR, passou por uma modernização, pois iniciou a migração da formação dos professores para o universo online, por meio de cursos em EAD (ensino a distância).

Desde 2014 o Instituto CCR gerenciou e aplicou cerca de R\$ 126 milhões em recursos de incentivos fiscais, oriundos das empresas do Grupo CCR.

Sendo responsável pelos investimentos, gestão dos projetos e ações de sustentabilidade do Grupo CCR, o Instituto CCR se tornou elemento estratégico para a companhia. Assim, apoia as unidades de negócio do Grupo CCR nos seus diversos canais de diálogos com as comunidades locais e os poderes públicos. A interação com entidades e associações que representam o setor e os investimentos em projetos e iniciativas que contribuam para o desenvolvimento socioeconômico das regiões são ativos importantes, considerados na gestão do nosso modelo de negócio.

Agradecemos a participação e o apoio de todos os colaboradores do Grupo CCR, os parceiros, os produtores e os participantes dos projetos e programas desenvolvidos durante o ano, que contribuíram de forma contundente na realização de tantas ações positivas que chegaram aos nossos diversos públicos.

1.3. Destaques do ano de 2018

- Cobertura em mais de 150 municípios;
- Mais de 90 projetos executados;
- O Instituto CCR, por meio da Lei Rouanet, levou uma turnê Internacional de piano solo, para cinco países;
- Cerca de 2.7 milhões de pessoas beneficiadas diretamente com as iniciativas do Instituto CCR;
- Lançamento do 4º Edital do Instituto CCR de Projetos Culturais, onde as três edições anteriores totalizam 7 milhões de reais em investimento sociocultural;

1.4. Perspectivas

- Realização do 5º Edital do Instituto CCR de Projetos Culturais em 2019;
- Digitalização do material didático e do módulo para alunos do programa Caminhos para a Cidadania;
- Desenvolvimento e preparação do Instituto CCR para se tornar uma ferramenta fundamental no fomento da cultura de inovação do Grupo CCR.

2. Estratégia e Gestão

2.1. Governança corporativa

O Instituto CCR é uma instituição privada, sem fins lucrativos, qualificada como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP), que visa ampliar a excelência de sua prestação de serviço e a sua percepção positiva dos principais públicos com os quais nos relacionamos.

Nossas decisões são tomadas com base em uma estrutura de governança - um conjunto de processos, costumes, políticas, leis, regulamentos que norteiam a maneira como uma empresa ou instituição é dirigida, administrada ou controlada.

As instâncias de decisão passam por várias etapas:

- Assembleia Geral;
- Conselho de Administração;
- Diretoria Executiva;
- Conselho Consultivo;
- Conselho Fiscal.



KPMG Auditores Independentes

Rua Arquiteto Olavo Redig de Campos, 105, 6º andar - Torre A

04711-904 - São Paulo/SP - Brasil

Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo/SP - Brasil

Telefone +55 (11) 3940-1500

kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

**Aos Conselheiros e Diretores do
Instituto CCR
São Paulo - SP**

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras do Instituto CCR (Instituição), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Instituto CCR em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Instituição, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores

A administração da Instituição é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria

ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Instituição continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Instituição ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Instituição.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Instituição. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Instituição a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 07 de junho de 2019

KPMG Auditores Independentes

CRC 2SP014428/O-6



Fernanda A. Tessari da Silva

Contadora CRC 1SP-252905/O-2

Instituto CCR
Balço patrimonial
em 31 de dezembro de 2018
(Em Reais)

	Nota	<u>2018</u>	<u>2017</u>		Nota	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Ativo				Passivo			
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	887.487	1.684.034	Fornecedores		15.372	62.754
Aplicações financeiras	5	1.971.070	521.427	Impostos e contribuições a recolher		<u>2.503</u>	<u>29.583</u>
Impostos a recuperar		-	<u>2.635</u>			17.875	92.337
		<u>2.858.557</u>	<u>2.208.096</u>				
Não circulante				Patrimônio líquido			
Imobilizado	8	10.124	-	Patrimônio social	10	<u>2.850.806</u>	<u>2.275.259</u>
Intangível	9	-	<u>159.500</u>			2.850.806	2.275.259
		<u>10.124</u>	<u>159.500</u>				
Total do ativo		<u>2.868.681</u>	<u>2.367.596</u>	Total do passivo e patrimônio líquido		<u>2.868.681</u>	<u>2.367.596</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Instituto CCR

Demonstração do resultado do exercício

em 31 de dezembro de 2018

(Em Reais)

	Nota	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Receitas sociais			
Receita de doações - partes relacionadas	11	5.568.954	5.488.901
Receita de doações - terceiros	11	72.032	1.104.000
Receita de trabalho voluntário	2i	<u>24.703</u>	<u>25.761</u>
		5.665.689	6.618.661
Custos sociais			
Gerais e administrativas	12	(215.057)	(209.525)
Com projetos	12	(4.865.448)	(7.041.099)
Trabalho voluntário	2i	<u>(24.703)</u>	<u>(25.761)</u>
		(5.105.208)	(7.276.385)
Despesas sociais			
Gerais e administrativas	13	<u>(129.511)</u>	<u>(122.207)</u>
		(129.511)	(122.207)
Superávit / (déficit) antes do resultado financeiro			
		<u>430.969</u>	<u>(779.931)</u>
Receitas financeiras	14	190.546	217.211
Despesas financeiras	14	(45.968)	(55.447)
Superávit / (déficit) do exercício			
		<u>575.547</u>	<u>(618.168)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Instituto CCR

Demonstração do resultado abrangente

em 31 de dezembro de 2018

(Em Reais)

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Superávit (déficit) do exercício	575.547	(618.168)
Outros resultados abrangentes	<u>-</u>	<u>-</u>
Total do resultado abrangente do exercício	<u><u>575.547</u></u>	<u><u>(618.168)</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Instituto CCR

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

em 31 de dezembro de 2018

(Em Reais)

	Patrimônio social	Superávit acumulado
Saldos em 1º de janeiro de 2017	2.893.427	-
Déficit do exercício	-	(618.168)
Transferência para patrimônio social	(618.168)	618.168
Saldos em 31 de dezembro de 2017	<u>2.275.259</u>	<u>-</u>
Superávit do exercício	-	575.547
Transferência para patrimônio social	575.547	(575.547)
Saldos em 31 de dezembro de 2018	<u>2.850.806</u>	<u>-</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

INSTITUTO CCR

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

(Valores expressos em reais, exceto quando indicado de outra forma)

Instituto CCR

Demonstração dos fluxos de caixa - Método indireto

em 31 de dezembro de 2018

(Em Reais)

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Fluxos de caixa das atividades sociais		
Superávit (déficit) do exercício	575.547	(618.168)
Ajustes por:		
Depreciação	172	-
Baixa de intangível	159.500	-
Variações nos ativos e passivos		
Aumento dos ativos		
Impostos a recuperar	2.635	2.427
Aumento (redução) dos passivos		
Fornecedores	(47.382)	52.480
Impostos e contribuições a recolher	(27.080)	25.698
Caixa líquido provenientes das (usado nas) atividades sociais	<u>663.392</u>	<u>(537.563)</u>
Fluxos de caixa das atividades de investimentos		
Aplicações financeiras líquidas de resgate	(1.449.643)	(521.427)
Aquisição de ativo imobilizado e intangível	(10.296)	(159.500)
Caixa líquido usado nas atividades de investimentos	<u>(1.459.939)</u>	<u>(680.927)</u>
Redução do caixa e equivalentes de caixa	<u>(796.547)</u>	<u>(1.218.490)</u>
Demonstração da redução do caixa e equivalentes de caixa		
No início do exercício	1.684.034	2.902.524
No final do exercício	<u>887.487</u>	<u>1.684.034</u>
	<u>(796.547)</u>	<u>(1.218.490)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

INSTITUTO CCR

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

(Valores expressos em reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

O Grupo CCR criou em 2014 o Instituto CCR (“Instituto” ou “Instituição”), entidade privada, sem fins lucrativos, para estruturar a gestão de projetos sociais, culturais, ambientais e esportivos apoiados há mais de dez anos pela empresa. O Instituto CCR otimiza a utilização de recursos próprios do Instituto e oriundos de leis de incentivo em projetos estruturados em quatro áreas: Saúde e qualidade de vida; educação e cidadania; cultura e esporte; meio ambiente e segurança viária. O Grupo CCR apoia o desenvolvimento sustentável, socioeconômico e cultural nas regiões onde atua, com a experiência de ter levado mais de 600 projetos para 150 cidades que, desde 2003, já beneficiaram 10,7 milhões de pessoas com investimento de R\$ 291 milhões em projetos estruturados.

O Instituto é entidade qualificada como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP pelo Ministério da Justiça, conforme processo nº 08071.029089/2014-78, publicado no Diário Oficial de 18 de novembro de 2014, por se enquadrar nos requisitos previstos na Lei nº 9.790/99, regulamentada pelo Decreto nº 3.100/99.

O orçamento aprovado do Instituto CCR para o ano de 2019 assegura a continuidade das suas operações em níveis equivalentes aos realizados em anos anteriores, estando garantido por sua principal patrocinadora.

2. Principais práticas contábeis

As políticas e práticas contábeis descritas abaixo têm sido aplicadas consistentemente nos exercícios apresentados nas demonstrações financeiras.

a) Apuração do superávit (déficit)

Os resultados das operações são apurados em conformidade com o regime contábil de competência do exercício. As doações e contribuições recebidas sem destinação específica são reconhecidas na rubrica “Doações” pelo regime de caixa.

b) Apuração do resultado

As receitas de doações, subvenções e contribuições são reconhecidas mediante documentação hábil, quando da efetiva entrada dos recursos.

Os custos e as despesas das operações são reconhecidos em conformidade com o regime contábil de competência.

c) Instrumentos financeiros

O Instituto adotou o CPC 48 a partir de 1º de janeiro de 2018. O efeito da aplicação inicial do CPC 48 estão descritos na letra “j” desta nota.

- **Classificação**

A classificação e mensuração dos ativos e passivos financeiros refletem o modelo de negócios em que os ativos são administrados e suas características de fluxo de caixa.

As duas principais categorias de classificação para ativos e passivos financeiros são: mensurados ao custo amortizado e ao Valor Justo por meio do Resultado (VJR).

INSTITUTO CCR

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

(Valores expressos em reais, exceto quando indicado de outra forma)

Os ativos financeiros são classificados como mensurado ao custo amortizado se atenderem ambas as condições a seguir e se não forem designados como mensurados ao VJR:

- São mantidos dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais; e
- Os termos contratuais dos ativos financeiros derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado, são classificados como ao VJR.

Os passivos financeiros são classificados como ao custo amortizado, ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao VJR caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Outros passivos financeiros não classificados ao VJR, são mensurados pelo custo amortizado.

No reconhecimento inicial, o Instituto pode designar de forma irrevogável como VJR, um ativo ou passivo financeiro que, de outra forma, atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado, se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

- Mensuração e desreconhecimento

Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado

São reconhecidos inicialmente na data da negociação, na qual o Instituto se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento e mensurados pelo valor justo, deduzidos de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis a eles. Após o reconhecimento inicial, são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos.

Os ativos financeiros sem um componente significativo de financiamento são mensurados inicialmente ao preço da operação.

Para fins de avaliação dos fluxos de caixa contratuais, que tem como composição somente pagamento de principal e juros, o principal é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial e, os juros são definidos como: (i) uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo; (ii) pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e; (iii) por outros riscos e custos básicos, como por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos, assim como uma margem de lucro, se houver.

O Instituto desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro, em uma transação na qual, substancialmente, todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual o Instituto nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

A receita de juros apurada na mensuração subsequente ou no desreconhecimento desses ativos financeiros é reconhecida no resultado.

INSTITUTO CCR

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

(Valores expressos em reais, exceto quando indicado de outra forma)

Passivos financeiros mensurados ao custo amortizado

O Instituto reconhece inicialmente títulos de dívida emitidos, na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros mensurados ao custo ao amortizado são reconhecidos inicialmente na data de negociação, na qual se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento.

São mensurados inicialmente pelo valor justo, deduzidos de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis a eles. Após o reconhecimento inicial, são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos.

O Instituto baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou liquidadas.

O Instituto desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo. A diferença entre o valor justo do novo passivo financeiro e a baixa do anterior, modificado, é reconhecida no resultado.

A despesa de juros apurados na mensuração subsequente ou no desreconhecimento desses passivos financeiros são reconhecidos no resultado.

Ativos e passivos financeiros mensurados pelo VJR

Ativos ou passivos financeiros são classificados pelo VJR caso tenham sido classificados como tal no momento do reconhecimento inicial. Os custos de transação, bem como a mensuração posterior do valor justo, após o reconhecimento inicial, são reconhecidos no resultado.

Compensação

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, o Instituto tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

d) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração de valor.

e) Ativo imobilizado

- Reconhecimento e mensuração

O ativo imobilizado é mensurado ao custo histórico de aquisição ou construção de bens, deduzido das depreciações acumuladas e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas, quando necessário.

INSTITUTO CCR

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

(Valores expressos em reais, exceto quando indicado de outra forma)

Os custos dos ativos imobilizados são compostos pelos gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição/construção dos ativos, incluindo custos dos materiais, de mão de obra direta e quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e em condição necessária para que esses possam operar. Além disso, para os ativos qualificáveis, os custos de empréstimos são capitalizados.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Outros gastos são capitalizados apenas quando há um aumento nos benefícios econômicos do item do imobilizado a que se referem, caso contrário, são reconhecidos no resultado como despesas.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado apurados pela comparação entre os recursos advindos de alienação com o valor contábil do mesmo são reconhecidos no resultado em outras receitas/despesas operacionais.

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido como tal, caso seja provável que sejam incorporados benefícios econômicos a ele e que o seu custo possa ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido repostado por outro é baixado. Os custos de manutenção são reconhecidos no resultado quando incorridos.

- Depreciação

A depreciação é computada pelo método linear, às taxas consideradas compatíveis com a vida útil econômica. As principais taxas de depreciação estão demonstradas na nota explicativa nº 8.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício social e eventuais ajustes são reconhecidos como mudanças de estimativas contábeis.

f) Ativos intangíveis

O Instituto possui os seguintes ativos intangíveis:

- Direito de uso e custos de desenvolvimento de sistemas informatizados

São demonstrados ao custo de aquisição, deduzidos da amortização, calculada de acordo com a geração de benefícios econômicos estimada.

Para maiores detalhes vide nota explicativa nº 9.

g) Receitas e despesas financeiras

Receitas financeiras compreendem basicamente os juros provenientes de aplicações financeiras.

As despesas financeiras compreendem basicamente os juros e despesas bancárias.

h) Imposto de renda e contribuição social

O Instituto é uma organização sem fins lucrativos, reconhecida pelas autoridades brasileiras como imune ao imposto de renda e à contribuição social, com base no Artigo 150 da Constituição Federal.

INSTITUTO CCR

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

(Valores expressos em reais, exceto quando indicado de outra forma)

i) Trabalho voluntário

Conforme estabelecido na Interpretação ITG 2002 (R1) - Entidade sem Finalidade de Lucro, o Instituto valoriza as receitas com trabalhos voluntários, inclusive de membros integrantes de órgãos da administração sendo mensuradas ao seu valor justo levando-se em consideração os montantes que o Instituto haveria de pagar caso contratasse estes serviços em mercado similar. As receitas com trabalhos voluntários são reconhecidas no resultado do exercício na rubrica de outras despesas operacionais e em contrapartida em outras despesas operacionais também no resultado do exercício. Em 31 de dezembro de 2018 o Instituto registrou o montante de R\$ 24.703 (R\$ 25.761 em 2017) referente a trabalhos voluntários.

j) Adoção inicial de normas e interpretações novas e revisadas

O Instituto adotou a partir de 1º de janeiro de 2018.

• **CPC 48 - Instrumentos financeiros**

Estabeleceu requerimentos para reconhecer e mensurar ativos e passivos financeiros e alguns contratos para comprar ou vender itens não financeiros.

i. Classificação e mensuração de ativos e passivos financeiros

Retém em grande parte os requerimentos existentes no CPC 38 para a classificação e mensuração de financeiros. No entanto, elimina as antigas categorias do CPC 38 para ativos financeiros: mantidos até o vencimento, empréstimos e recebíveis e disponíveis para venda.

Sua adoção não teve efeito significativo nas políticas contábeis do Instituto relacionadas a ativos financeiros.

ii. Impairment de ativos financeiros

Substitui o modelo de perda incorrida do CPC 38 por um modelo de perda de crédito esperada. O novo modelo de *impairment* aplica-se aos ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado, ativos contratuais e instrumentos de dívida mensurados a valor justo através de outros resultados abrangentes. Os ativos financeiros ao custo amortizado consistem em doações a receber - partes relacionadas. A aplicação do *impairment* de ativos financeiros com base nas perdas esperadas não resultou em uma provisão adicional nas informações financeiras do Instituto, no momento da adoção da nova norma.

• **CPC 47 - Receita com clientes**

Não houve impactos de adoção do CPC 47 para o Instituto.

k) Renúncia fiscal

Em atendimento a ITG 2002(R1) - entidade sem fins lucrativos, aprovada pela resolução CFC nº 1.409/12 e alterada pela resolução 2015/ITG 2002(R1) em setembro de 2015, a Instituição, por julgamento, apresenta a seguir a relação dos tributos (impostos e contribuições) objetos de renúncia fiscal:

Incidentes sobre receitas tributáveis (PIS e COFINS).

INSTITUTO CCR

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

(Valores expressos em reais, exceto quando indicado de outra forma)

Incidentes sobre o superávit do exercício (IR e CS).

l) Novas Normas e Interpretações ainda não efetivas

- i. O Instituto é obrigado a adotar o CPC 06 (R2) - Arrendamentos, a partir de 1º de janeiro de 2019. Não houve adoção antecipada desta norma.

O Instituto e a Administração não prevêm impactos nas Demonstrações Financeiras de 2019.

- ii. O Instituto está avaliando eventuais impactos das seguintes normas alteradas e interpretação emitida ainda não vigentes:

Outras normas

As seguintes normas alteradas e interpretações não deverão ter impacto significativo nas demonstrações financeiras, no momento de sua adoção inicial.

- ICPC 22 Incerteza sobre tratamentos de tributos sobre o lucro.
- Características de pré-pagamento com remuneração negativa.
- Alterações nas referências à estrutura conceitual nas normas CPC.
- CPC 11 contratos de seguros.

3. Apresentação das demonstrações financeiras

Declaração de conformidade (com relação às normas do CPC)

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Em 07 de junho de 2019, foi autorizada pela Administração do Instituto a conclusão das demonstrações financeiras.

Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo através do resultado.

Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras são apresentadas em Reais, que é a moeda funcional do Instituto.

4. Determinação dos valores justos

Diversas políticas e divulgações contábeis do Instituto exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos a seguir. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo.

INSTITUTO CCR

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

(Valores expressos em reais, exceto quando indicado de outra forma)

- Caixa e bancos

Os valores justos desses ativos financeiros são iguais aos valores contábeis, dada sua liquidez imediata.

- Investimentos em títulos financeiros

O valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado é apurado por referência aos seus preços de fechamento na data de apresentação das demonstrações financeiras.

5. Gerenciamento de riscos financeiros

Visão geral

O Instituto apresenta exposição ao seguinte risco advindo do uso de instrumentos financeiros:

a) Risco de liquidez

O Instituto estabelece gerenciamento de risco financeiro afim de identificar e analisar os riscos enfrentados, para definir limites. Os sistemas de gerenciamento de riscos são revisados frequentemente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades do Instituto. A Administração avalia que o Instituto goza de capacidade para manter a continuidade operacional dos negócios, em condições de normalidade.

O quadro seguinte apresenta os passivos financeiros não derivativos, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual de vencimento:

Menos de 1 ano

Fornecedores	15.372
--------------	--------

6. Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Caixa e bancos	5.655	9.183
Aplicações financeiras		
Fundos de investimentos	<u>881.832</u>	<u>1.674.851</u>
	<u>887.487</u>	<u>1.684.034</u>
	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Aplicações financeiras		
Fundos de investimentos	<u>1.971.070</u>	<u>521.427</u>
	<u>1.971.070</u>	<u>521.427</u>

As aplicações financeiras foram remuneradas à taxa média de 98,28% do CDI, equivalente a 6,29% ao ano (99,32% do CDI, equivalente a 9,83% ao ano, em média, em 31 de dezembro de 2017).

INSTITUTO CCR

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

(Valores expressos em reais, exceto quando indicado de outra forma)

7. Partes relacionadas

As transações que influenciaram os resultados dos exercícios de 2018 e de 2017, relativos às operações com partes relacionadas, decorrem de transações entre o Instituto e suas associadas/mantenedoras, sendo assim demonstradas:

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
	Receitas de doação	Receitas de doação
Mantenedora		
AutoBAN	2.051.513	2.114.462
CPC	85.000	-
SPVias	626.851	572.571
NovaDutra	1.268.702	1.256.356
MSVia	-	2.300
ViaOeste	968.770	972.321
ViaLagos	114.570	114.812
RodoNorte	683.838	685.285
	<u>5.799.244</u>	<u>5.718.107</u>

8. Imobilizado

Movimentação do custo

Movimentação do custo

	<u>2017</u>	<u>2018</u>	
	Saldo inicial	Adições	Saldo final
Móveis e utensílios	-	10.296	10.296

Movimentação da depreciação

	Taxa média anual de depreciação %	<u>2017</u>	<u>2018</u>	
		Saldo inicial	Adições	Saldo final
Móveis e utensílios	10	-	(172)	(172)

9. Intangível

Movimentação do custo

	<u>2017</u>	<u>2018</u>	
	Saldo inicial	Baixa	Saldo final
Intangível (a)	159.500	(159.500)	-

(a) Refere-se a software para o projeto Estrada para a Saúde. Os computadores utilizados são das unidades de negócio.

INSTITUTO CCR

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

(Valores expressos em reais, exceto quando indicado de outra forma)

10. Patrimônio líquido

O patrimônio líquido do Instituto é formado pelo patrimônio social e pelo superávit acumulado do exercício. A destinação do superávit acumulado será aprovada na Assembleia Geral Ordinária a se realizar em 2019.

O Instituto possui um Conselho de Administração, constituído por 3 membros, com mandato de 2 anos, admitidas reeleições.

O Instituto possui, ainda, uma Diretoria Executiva composta por 2 membros, sendo 1 Presidente e 1 Vice-Presidente, todos eleitos pelo Conselho de Administração e com mandato de 2 anos.

Em 30 de abril de 2018, o Conselho de Administração aprovou a transferência do déficit de R\$ 618.168, do exercício de 2017, para o patrimônio social.

Em 31 de dezembro de 2018, foi transferido o superávit de R\$ 575.547, referente ao exercício de 2018, para o patrimônio social, o qual será submetido à aprovação da diretoria na AGO de 2019.

O patrimônio social da entidade corresponde à doação inicial feita pelos associados e pelos superávits (déficits) apurados anualmente.

O Instituto não remunerará, por qualquer forma, os membros do Conselho Administrativo, nem qualquer membro associado, por serviços por eles prestados e não distribuirá entre os associados, conselheiros, diretores e empregados ou doadores excedentes operacionais, brutos ou líquidos, dividendos, bonificações, participações ou parcelas de seu patrimônio, auferidas mediante o exercício de suas atividades.

11. Receitas por doações

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Receitas de contribuições	5.799.244	5.718.107
Receitas de patrocínios (a)	75.000	1.150.000
	<u>5.874.244</u>	<u>6.868.107</u>
Impostos sobre receitas	(233.258)	(275.206)
	<u>5.640.986</u>	<u>6.592.901</u>

- (a) Refere-se ao patrocínio firmado com a Cosan Lubrificantes e Especialidades S.A. em 2018 e patrocínio firmado com a Mercedes Benz em 2017, ambos para o programa de prestação de serviços gratuitos a caminhoneiros que trafegam pelas rodovias sob gestão do Grupo CCR, coordenado pelo Instituto CCR.

INSTITUTO CCR

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

(Valores expressos em reais, exceto quando indicado de outra forma)

12. Custos operacionais

Custos sociais	2018	2017
Gerais e administrativas		
Viagens	(88.360)	(69.760)
Doações e associações	(98.460)	(114.270)
Outros	(28.237)	(25.495)
	<u>(215.057)</u>	<u>(209.525)</u>
Com projetos		
Consultoria e apoio a projetos institucionais	(2.871.244)	(3.849.991)
Serviços gráficos	(1.267.328)	(2.625.867)
Eventos, feiras e congressos	(250.597)	(312.076)
Materiais Aplicados	(162.838)	(104.775)
Serviços de terceiros	(56.314)	(40.821)
Manutenção e conservação	(23.884)	(18.598)
Outros	(233.243)	(88.971)
	<u>(4.865.448)</u>	<u>(7.041.099)</u>
Trabalho voluntário	<u>(24.703)</u>	<u>(25.761)</u>

13. Despesas operacionais

Despesas sociais	2018	2017
Gerais e administrativas		
Eventos, feiras e congressos	(65.629)	-
Consultoria e serviços administrativos	(40.763)	(63.615)
Comunicação e vídeos	-	(34.800)
Depreciação	(172)	-
Outros	(22.947)	(23.792)
	<u>(129.511)</u>	<u>(122.207)</u>

INSTITUTO CCR

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

(Valores expressos em reais, exceto quando indicado de outra forma)

14. Resultado financeiro

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Despesas financeiras		
Taxas, comissões e outras despesas financeiras	(45.968)	(55.447)
	<u>(45.968)</u>	<u>(55.447)</u>
Receitas financeiras		
Rendimento sobre aplicação financeira	190.546	217.211
	<u>190.546</u>	<u>217.211</u>
Resultado financeiro líquido	<u>144.578</u>	<u>161.763</u>

15. Instrumentos financeiros

O Instituto mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança.

O Instituto não possui e não operou com instrumentos financeiros derivativos durante os exercícios apresentados.

Todas as operações com instrumentos financeiros estão reconhecidas nas demonstrações financeiras, conforme o quadro a seguir:

Instrumentos financeiros por categoria

	<u>2018</u>		<u>2017</u>	
	Valor justo através do resultado	Passivo financeiro mensurado ao custo amortizado	Valor justo através do resultado	Passivo financeiro mensurado ao custo amortizado
Ativos				
Caixa e bancos	5.655	-	9.183	-
Aplicações financeiras	2.852.902	-	2.196.278	-
Passivos				
Fornecedores	-	(15.372)	-	(62.754)
	<u>2.858.557</u>	<u>(15.372)</u>	<u>2.205.461</u>	<u>(62.754)</u>

- **Caixa e bancos e aplicações financeiras** - Os saldos em caixa e bancos têm seus valores justos idênticos aos saldos contábeis. As aplicações financeiras em fundos de investimentos estão valorizadas pelo valor da cota do fundo na data das demonstrações financeiras, que corresponde ao seu valor justo.
- **Fornecedores** - Os valores justos são próximos dos saldos contábeis, dado o curto prazo para liquidação das operações.

INSTITUTO CCR

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

(Valores expressos em reais, exceto quando indicado de outra forma)

Hierarquia de valor justo

O Instituto possui os saldos abaixo de instrumentos financeiros avaliados pelo valor justo, os quais estão qualificados abaixo:

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Aplicações financeiras	2.852.902	2.196.278

Os diferentes níveis foram definidos a seguir:

- Nível 1: preços negociados (sem ajustes) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos;
- Nível 2: *inputs*, diferentes dos preços negociados em mercados ativos incluídos no nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e
- Nível 3: premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

INSTITUTO CCR

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM
31 DE DEZEMBRO DE 2018

(Valores expressos em reais, exceto quando indicado de outra forma)

Composição do Conselho de Administração

Eduardo de Toledo	Presidente
Paulo Yukio Fukuzaki	Conselheiro
Arthur Piotto Filho	Conselheiro

Composição da Diretoria

Leonardo Couto Vianna	Diretor Presidente
Marina Mattaraia	Diretor Vice-Presidente

Contador

Hélio Aurélio da Silva
CRC 1SP129452/O-3